

Brasil imita México e manterá em sigilo proposta sobre dívida

BRASÍLIA — A descrição com que o México negociou e concluiu o acordo com o Governo dos Estados Unidos para a securitização de parte de sua dívida externa foi considerada pelo Governo brasileiro como uma grande lição para o processo de negociação da dívida externa do País. A partir da experiência mexicana, a orientação que passa a prevalecer para o relacionamento dos negociadores brasileiros com os credores é a de manter a mesma postura de sigilo e profissionalismo que, na avaliação das fontes ouvidas ontem, foram as marcas principais do acordo do México.

Essa nova postura descarta a possibilidade de que se repitam iniciativas como a do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que divulgou à imprensa o documento integral sobre a proposta de negociação da dívida externa brasileira entregue aos credores em setembro passado, nos EUA.

A divulgação do texto oficial, avaliam fontes qualificadas do Governo, criou constrangimentos para os representantes do País na mesa de negociação com o Comitê dos Bancos, pois qualquer alteração na proposta original passaria a ser caracterizada como um recuo nas posições anunciadas publicamente pelo Governo brasileiro.

Acredita-se, entre os negociadores brasileiros, que a proposta mexicana atrairá basicamente os bancos credores que já tiverem reconhecido em seus balanços, através de provisões específicas, o deságio com que são negociadores os papéis da dívida do México no mercado internacional, como é o caso dos bancos regionais americanos e dos bancos

ext
europeus, que vêm acumulando provisões para os créditos concedidos aos grandes devedores pelo menos desde 1982.

Para os bancos que providenciaram provisões significativas, uma iniciativa ainda não generalizada entre os grandes bancos credores americanos, a proposta do México pode ser até uma oportunidade de diminuição dos prejuízos já reconhecidos, que em alguns casos chegam a 70% do valor total da dívida. Como o deságio da dívida mexicana registrado atualmente no mercado é da ordem de 50%, a adesão do banco credor aos bônus que serão emitidos pelo México para a securitização da sua dívida implicaria diminuição dos prejuízos admitidos em balanço.

As fontes esclareceram, ainda, que será necessário observar com atenção os resultados dos leilões que serão promovidos pelo Governo mexicano, para apurar o deságio de sua dívida. Assim, o desconto de 50% existente hoje no mercado poderá acabar não prevalecendo na prática, embora o México se reserve o direito de rejeitar as propostas de deságio que não considerar compatíveis com os seus interesses.

Apesar de os negociadores brasileiros acreditarem nas perspectivas promissoras do acordo mexicano, ainda preferem aguardar o funcionamento efetivo de seus mecanismos para atestar a sua viabilidade. O que sobra na análise feita pelo Governo brasileiro é a constatação de que o País não poderia acionar um acordo semelhante nesse momento, por não dispor de reservas suficientes para adquirir títulos americanos, como fez o México.